

7. A análise da negação pela Gramática Gerativa

7.1. O PAPEL CAUSAL DOS PRINCÍPIOS DA LÍNGUA-I

No sentido de formular o que precisamos, pode-se interrogar, inicialmente, a respeito de como conceber o tipo de relação que existe entre os princípios da língua-I e os enunciados por eles previstos.

A elaboração da resposta ao que propomos necessita inicialmente de lembrarmos a definição da noção de princípio cujo significado primeiro, na Metafísica de Aristóteles, equivale a fonte ou causa do que existe, tornando-se, assim, como propõe Descartes, a causa primeira das “coisas” (LALANDE, 1985). O emprego do termo *causa* implica, deste modo, a dependência entre eventos, o que equivale a afirmar a existência do determinismo ou do princípio da causalidade. Dizemos, com isso, que um evento A se liga a um evento B através de um princípio, ou seja, um princípio é a causa da dependência entre A e B (SCHLICK, 1985, p.4).¹¹¹ Nessa concepção, quando, por exemplo, um homem, na beira de uma janela, solta um objeto e este cai no chão, dizemos que o evento do objeto se encontrar no chão foi causado pelo evento do homem tê-lo soltado, mas,

111 Como se sabe, a Física contemporânea abandona a noção de causalidade exata da Física clássica, adotando uma versão mais fraca dessa noção que inclui uma visão estatística. Porém, não nos ocuparemos aqui de discutir as implicações dessa visão em relação aos nossos objetivos (KOJÈVE, 1990; SCHLICK, 1985).

na realidade, é a lei da gravitação universal o princípio subjacente que determina a dependência entre os dois eventos¹¹².

112 Na concepção aristotélica, a relação de causa e efeito, detalhada por meio de sua tipologia de causas, ou seja, as causas formal, material, eficiente e final, é vista ainda como mudança de estado, isto é, produz-se um evento no qual uma coisa, sob o efeito de uma causa, se transforma ou muda de forma, o que constitui o efeito. Nessa visão, que formaliza o nosso senso comum, as coisas são substâncias, definidas por qualidades ou propriedades inerentes, e, quando mudam de estado, essa mudança preserva, apesar disso, a identidade das coisas, isto é, a constatação da mudança conta com a permanência do mesmo, do que é essencial. Com a matematização da Física a partir da idade moderna (KOYRÉ, 1966), a descrição clássica da causalidade é abandonada em proveito de uma concepção de um sistema mecânico no qual o evento de um lançamento de uma pedra, por exemplo, que ganha certa altura e depois cai no chão, é visto como uma relação mensurável entre as massas da pedra e da terra influenciada pela distância que as separa. Assim, a quantificação dos processos físicos provoca o desaparecimento da causalidade atrelada à natureza ou às propriedades inerentes das coisas em proveito de uma concepção de um sistema de relações à qual pode ser dada expressão matemática. No entanto, a questão se coloca de saber como fundamentar o caráter universal e necessário da relação causal. Para Hume, como se sabe, não é possível demonstrar de maneira consistente como o que é contingente e particular pode fundamentar a universalidade do que se passa numa relação de causa e efeito. A atribuição de uma relação de causalidade entre dois eventos é concebida, na verdade, a partir da observação do fato de que um evento precede outro, que essa relação se estabelece em sequência e de forma regular, ou seja, trata-se de uma construção do sujeito do conhecimento. A fim de fugir do ceticismo de Hume, Kant busca, como é também conhecido, explicitar a relação de causalidade, concebendo-a como uma categoria *a priori* do entendimento a qual nos permite estabelecer a relação dos fenômenos que se sucedem na ordem do tempo tratando-se, assim, de uma categoria que não advém da experiência, mas que é condição para que ela ocorra. Na visão contemporânea da noção de causalidade, Popper tem contribuição relevante ao buscar evitar tanto o apriorismo kantiano quanto o ceticismo de Hume. Popper define da seguinte maneira a noção de explicação causal (POPPER, 1972, p.62): oferecer uma explicação causal de certo acontecimento significa deduzir um enunciado que o descreva, utilizando, como premissas da dedução, uma ou mais leis universais, combinadas com certos enunciados singulares, as condições iniciais. No exemplo apresentado por Popper, diz-se que foi dada uma explicação causal do rompimento de um fio se constatarmos que o fio tem uma resistência igual a um quilo e foi preso a ele um peso de dois quilos. Assim, é a partir do enunciado, que tem característica de lei da natureza, de que sempre que um fio for levado a suportar um peso maior do que sua resistência à ruptura, ele se romperá. Nessa concepção, é a lei, ou o princípio, que garante a ocorrência, de forma definida, dos eventos que percebemos e nomeamos de relação de

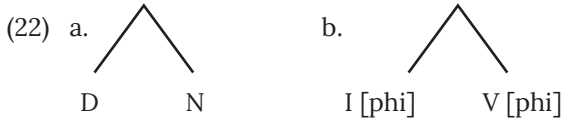
causa e efeito. Pode-se dizer que, em última instância, é o princípio, ou a lei, que tem o papel de causa de os eventos terem ocorrido da forma que ocorreram; em outras palavras ainda, a lei ou princípio está subjacente à relação entre eventos que concebemos como de causa e efeito. Consideraremos, assim, com base em Popper (1972), o qual foi seguido por Carnap (1966); Hempel (2014 [1966]); Davidson (1975) e outros, que é o princípio, no sentido de lei da natureza, que é a causa dos eventos tais quais eles ocorrem. Utilizaremos *causa* com esse sentido: é o que permite uma explicação causal da relação entre eventos que nomeamos de causa e efeito. Observe-se, além disso, que é essa a acepção aristotélica da noção de princípio primeiro, ou primeira causa, cuja formulação almejada funciona como objetivo precípuo da filosofia ou da ciência. Hempel (2014 [1966]) fornece ainda mais detalhes de como devemos compreender a noção de causa baseada na proposta de Popper. Nomeando-a de explicação dedutivo-nomológico, Hempel a divide nas seguintes partes: o fenômeno a ser explicado é chamado de fenômeno *explanandum*; os enunciados que o descreve são os enunciados *explanandum* e os enunciados que visam à explicação do fenômeno são chamadas de enunciados *explanans*. Ocupemo-nos de um exemplo conhecido: o comprimento de um trilho de uma estrada de ferro aumenta quando a temperatura também aumenta. Se utilizarmos a nomenclatura baseada no senso comum, descrevemos esse fenômeno considerando que a elevação da temperatura é a causa do aumento do comprimento do trilho. Por sua vez, visando a buscar a explicação dedutivo-nomológica desse evento, concebemo-lo da seguinte maneira: o fenômeno *explanandum* pode ser expresso por meio de uma proporção; dizemos, assim, que uma grandeza é função da outra e, no exemplo supracitado, dizemos que o comprimento do trilho é função de sua temperatura; trata-se, nesse caso, de uma proporção direta, ou seja, a variação de comprimento de uma barra é diretamente proporcional à variação de temperatura. Dizemos, então, que o afastamento de moléculas causa o dilatamento; nesse caso, a ontologia é a mesma (dilatamento e afastamento de moléculas), mas, epistemologicamente, ou a maneira de conceber, é diferente, o que permite afirmar que o dilatamento nada mais é que o distanciamento de moléculas. Os enunciados *explanans* relativos a esse fenômeno baseiam-se numa lei da física a qual prevê que as moléculas de um corpo se distanciam umas das outras quando há aumento de temperatura, o que, no fim das contas, é o que explica a dilatação desse corpo. Consideraremos, assim, que uma ou mais leis da natureza estarão sempre subjacentes quando se diz que um evento E1 foi causado por um evento E2 e tomaremos as leis, ou princípios, como causas da associação entre os eventos E1 e E2. É necessário, enfim, explicitarmos a distinção entre a noção de correlação entre dois eventos da noção de causalidade entre dois eventos, a qual está na base da formulação das nossas questões (1) e (2). De acordo com Falcão (2012), correlação não implica, necessariamente, causalidade. Por exemplo, a quantidade de queimaduras de pele por causa de sol pode estar correlacionada com o aumento da venda de óculos de sol vendidos em uma cidade litorânea, mas nenhum fenômeno é, provavelmente, a causa do outro. Entretanto, por mais que as correlações não indiquem a existência de relações causais, as causas subjacentes à correlação (se houver) podem ser indiretas e desconhecidas. Por exemplo, a corre-

De posse agora dos elementos de que precisamos, avançamos a formulação da nossa questão do início dessa seção da seguinte maneira: como pensar a relação, em termos de causalidade, entre princípios da língua-I e os enunciados, produtos de linguagem, por eles determinados?

Tendo os princípios o estatuto de condições de possibilidade dos enunciados se formarem como se formam, poder-se-ia afirmar que há uma relação de causalidade entre princípios e enunciados. No entanto, buscando explicitar como, nos termos de Schlick (1985), se dá essa relação, não devemos conceber os princípios da língua-I como um dos dois eventos previstos na relação de causalidade. Na realidade, os princípios funcionam como garantia da dependência entre eventos e, evitando, entretanto, enveredar por uma discussão ontológica, não diríamos que os princípios são eventos do mundo e, sim, o que formata a relação entre eventos do mundo. A relação de dependência entre dois eventos na relação de causalidade deve ser buscada, então, no interior dos produtos de linguagem, ou seja, os princípios são as causas dos enunciados serem formados da maneira que são.

Propomos, assim, a seguinte descrição da maneira por meio da qual os princípios funcionam como causa dos enunciados: de acordo com a Teoria Gerativa, os enunciados são formados por meio de uma operação computacional chamada Juntar, que, de modo binário, agrupa itens lexicais. Observem-se os exemplos abaixo da junção de um determinante com um núcleo nominal e de uma flexão com um núcleo verbal flexionado (onde: [phi] = traços formais como pessoa, número e caso):

lação entre idade e altura em crianças é clara. No entanto, a correlação entre humor e saúde nas pessoas é menos óbvia. A observação pertinente seria que a melhora do humor leva à melhora da saúde, a boa saúde leva ao bom humor ou ambas? Em outras palavras, uma correlação pode ser tomada como evidência de uma possível relação causal, mas não pode indicar qual é a relação causal envolvida.



Como se sabe, a aplicação da operação Juntar funciona de modo recursivo de maneira que o arranjo formado por uma aplicação da operação se torna um dos constituintes ao qual se juntará outro constituinte, os dois se tornando, assim, alvo da próxima aplicação de Juntar. Procedendo desta forma, teremos, exauridos os itens lexicais selecionados, o enunciado inteiramente formado. Vamos propor que dois itens envolvidos na formação de um arranjo sintático, por meio da operação Juntar, são os dois termos que funcionam como eventos na relação de causalidade. Assim, em (22a), D é o evento E1 e N é o evento E2 de maneira que um ou mais princípios determinam a dependência entre os dois itens. Dito de outra maneira, um, ou mais princípios, é a causa de D se vincular a N. Da mesma maneira, em (22b), I [phi] é o evento E1 e V [phi] é o evento E2 de modo que um ou mais princípios mediatizam a dependência entre eles.

Nessa abordagem, consideramos que os itens lexicais podem ser vistos como eventos no sentido que empregamos acima, o que é, aliás, compatível com a descrição da causalidade nos termos quadridimensionais da teoria física contemporânea (HAWKING, 1984). Essa tomada de posição não se deve unicamente a essa razão. O que consideramos um item léxico pode ser analisado como a parte superficial, captada perceptualmente, de um processo de interação e agrupamento de propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas que pode envolver constituintes ainda menores ou submorfêmi-

cos¹¹³. A natureza processual da formação do item léxico implica ainda, como se observa nos processos de gramaticalização, que a interação e o agrupamento de propriedades se dão igualmente no eixo diacrônico, o que inclui acréscimos ou perdas de propriedades.

Vejam agora como os princípios, com o estatuto de causas, determinam a dependência entre os eventos E1 e E2 de (22). De início, pode-se dizer que se trata de causalidade complexa, já que é composta de mais de um princípio. A operação *Juntar*, base da teoria sintática, deve ser vista como um princípio, já que é o que permite o emparelhamento D/N em (22a) e I [phi]/V [phi] em (22b). A título de ilustração historiográfica, a operação *Juntar* pode ser classificada como uma causa eficiente ou motriz no sentido aristotélico e escolástico. Outro princípio envolvido em (22a) deve prever a razão da junção bem formada entre D e N, o que teria provavelmente o estatuto de causa formal nas tradições mencionadas. Não nos ocuparemos disso aqui. Diremos apenas que um princípio de seleção categorial exige a dependência entre D e N. Em outras palavras, se D ocorrer, N também ocorre, o que caracteriza a relação de causalidade em termos usuais¹¹⁴. O caso de (22b) pode ser descrito

113 Essa visão dos fatos é compatível com as propostas da teoria da Morfologia Distribuída (MARANTZ, 1997) e da Nanossintaxe (STARKE, 2010), que propõem que os elementos tradicionalmente entendidos como itens léxicos sofrem processos sintáticos cíclicos; a palavra vista, assim, como um conjunto de morfemas, é o resultado de um conjunto de operações sintáticas, por meio de *Juntar*, que agrupa itens submorfêmicos até alcançar o nível sintagmático e oracional (NASCIMENTO, 2017).

114 Observe-se que o contrário não parece ser verdade: pode-se ter N sem que D se faça presente nos casos, por exemplo, em que N se incorpora a um Verbo. A dependência entre categorias funcionais e lexicais é, seguramente, mais complexa do que deixo entender, mas, em relação a nossos objetivos, consideraremos que a presença de uma categoria funcional necessariamente obriga a ocorrência de outra categoria que, no mais das vezes, é lexical, mas podendo ser também funcional. O tema da seleção funcional, que garante ordenação necessária de categorias, tem sido recorrente na literatura (OUHALLA, 1991; CINQUE, 2002).

como se segue: além de um princípio que dê a razão de I [phi] selecionar V [phi], propõe-se a operação computacional Mover (*Move*) que desloca V [phi] até I [phi], ou, numa versão mais atual, a correlação dos traços phi em I e V se dá por meio do mecanismo Agree¹¹⁵. De par com a abordagem acima, diremos, assim, que os princípios são causas dos arranjos sintáticos que constituem os enunciados, vistos enfim como produtos da língua-I.

7.2. A ANÁLISE DA NEGAÇÃO PROPOSTA POR ZEIJLSTRA (2004, 2008)

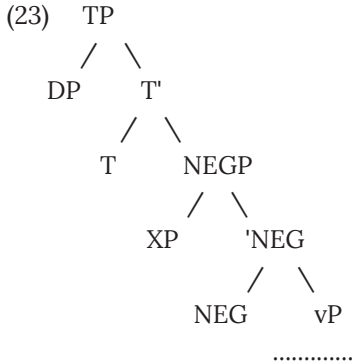
Na história recente das análises gerativistas sobre o fenômeno, a partir do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995b), considera-se que existe um traço formal abstrato [NEG] e que a presença e a posição dos itens-N no enunciado são determinadas por uma relação estrutural entre esses itens e este traço, que precisa ser “lexicalizado” ou “ser tornado visível” pelos itens-N, os quais são de fato os itens do léxico que desencadeiam a interpretação negativa de uma oração.

Essa relação estrutural entre [NEG] e itens-N é estabelecida pelo mecanismo de checagem (“*checking*”), dos primeiros tempos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995b), aperfeiçoado, mais recentemente, como já dito, por meio do mecanismo nomeado *Agree* (ZEIJLSTRA, 2004, 2008; HAEGEMAN; LOHNDAL, 2010).

Nessas análises de natureza formal, parte-se da hipótese segundo a qual itens-N se realizam numa estrutura sintática por meio

115 A noção *Agree* é definida da seguinte maneira (CHOMSKY, 2001, p. 3): A relação *Agree* tem lugar entre α e β , onde α dispõe de traços flexionais interpretáveis e β dispõe de traços flexionais não interpretáveis os quais se apagam por meio de *Agree* (Tradução nossa de: “A relation *Agree* holding between α and β , where α has interpretable inflectional features and β has uninterpretable ones, which delete under *Agree*”). Por sua vez, *Agree* múltiplo refere-se à aplicação de *Agree* envolvendo mais de dois itens.

de uma categoria sintagmática nomeada de Sintagma Negativo (*Negative Phrase* – NegP), o que significa que essa categoria dispõe de um núcleo NEG definido pelo traço formal [NEG] e de um especificador; e o núcleo NEG seleciona um complemento, que, no mais das vezes, é um sintagma verbal (LAKA, 1990; POLLOCK, 1989). Observe-se o esquema que representa o que acabamos de expor^{116, 117}:



Nas análises com base na estrutura em (23), as línguas poderão variar de acordo a necessidade de preenchimento da posição de núcleo, da posição de especificador ou de ambas.

A análise de Frisch (1997) para o inglês médio baseou-se nesse tipo de estrutura. Ao descrever os dados, este autor dividiu o inglês médio em cinco períodos distintos e obteve as seguintes conclusões: o uso de “*ne*” é obrigatório nos dois primeiros períodos

116 Zanuttini (1997) propõe que, além de se alocar entre T e vP, a categoria NEGP pode ocupar outras posições estruturais na oração.

117 Em (23), TP é *tense phrase* e vP *verbal phrase*. A diferença entre TP e IP, esse último utilizado na seção anterior, é irrelevante em relação ao que pretendemos (POLLOCK, 1989).

(1150-1290), e funciona como núcleo de NEGP. Não há instâncias de negação sentencial sem “*ne*” nesses dois primeiros períodos. Começando o segundo período (1220-1290), “*not*” é usado, primeiramente, como negação sentencial, que é uma função estreitamente relacionada com seu uso anterior como um advérbio negativo enfático. Nesses usos iniciais, “*not*” se aloca na posição de especificador de NEGP. Não há evidência do uso de “*not*” como um núcleo nesse período. O uso de “*not*” como especificador de NEGP não compete diretamente com o uso de “*ne*” na posição de núcleo de NEGP. Ambos são usados simultaneamente. No terceiro período (1290-1360), aumenta o emprego de “*not*” como especificador de NEGP e perto da metade das ocorrências emprega “*not*” com “*ne*”. Nesse período, aparecem também as primeiras ocorrências de “*not*” sem “*ne*”, o que indica que “*not*” começa a se estabelecer como negação sentencial. No quarto período (1360-1430), ocorre redução drástica do uso de “*ne*” e a maioria dos empregos de “*ne*” se faz juntamente com “*not*”. A maior parte das ocorrências é composta de “*not*” sozinho como especificador de NEGP; começa o emprego de “*not*” como núcleo de NEGP, tendência que tem continuidade no quinto período (1430-1500). Nesse último período, assiste-se, enfim, ao ocaso da presença de “*ne*” e o consequente uso exclusivo de “*not*” como negação sentencial. Por fim, é o uso de “*not*” como núcleo de NEGP que, então, se consolida em inglês, permanecendo até hoje.

Uma das questões que se coloca a partir da análise resumida acima é a que se deve a alternância de itens de valor negativo nas posições de núcleo e especificador de NEGP, o que, como dissemos, não é exclusivo do inglês.

A resposta a essa pergunta deve seguramente contar com a intuição de que os itens que ocorrem na posição de núcleo de NEGP são de natureza diferente daqueles que se alocam na posição de especificador desta categoria.

Uma das diferenças entre as duas posições é categorial, isto é, os constituintes que ocorrem na posição de especificador têm estatuto de projeção máxima de acordo com a teoria X-barras enquanto os que ocupam a posição de núcleo de NEGP são, evidentemente, núcleos de acordo com essa mesma teoria (ZANUTTINI, 1997; FRISCH, 1997).

Classificar os itens-N de fortes e fracos é também uma intuição encontrada na literatura com a finalidade de tentar caracterizar o que difere os constituintes que aparecem nas duas posições (ZANUTTINI, 1994; PEREIRA DE ABREU, 1998; ZEIJLSTRA, 2004). Assim, parte dos itens considerados fortes ocupa a posição de núcleo de NEGP, enquanto os fracos se dispõem na posição de especificador.

A análise de Zeijlstra (2004, 2008) sobre as orações negativas baseada nos pressupostos minimalistas e no mecanismo nomeado de *Agree*, também se serve da intuição de que é preciso distinguir pelo menos dois tipos de itens-N. Zeijlstra utiliza-se da distinção entre traços interpretáveis e não interpretáveis, proposta por Chomsky (2001, 2008), e considera que as etapas previstas pelo ciclo de Jespersen definem tipos de línguas. Assim, admitindo que os estágios do ciclo de Jespersen sejam dimensões de variação inter e intralinguística, o autor propõe que é possível classificar línguas de acordo com a fase em que se encontram no ciclo. Nos termos do autor: “Esse instrumento tipológico torna possível associar propriedades de cada fase do ciclo de Jespersen com outras propriedades da língua em relação à negação”¹¹⁸ (ZEIJLSTRA, 2004, p.54 [tradução nossa]).

Na classificação gerada, dispomos, assim, de línguas de fase I, que apresentam um único item de valor negativo precedendo o verbo, como é o caso do tcheco e do inglês antigo; de línguas de fase 2, que são em menor número e podem ser consideradas em trânsito

118 “This typological tool makes it possible to link the properties of each different phase of Jespersen Cycle with other properties of language with respect of Negation.”

da fase I para a fase 3; nessas línguas, como o berber e o catalão, ocorre um segundo item de valor negativo que, no entanto, é opcional; de línguas de fase 3, como o francês padrão e variedades do árabe, em que há necessidade de ocorrência de dois itens de valor negativo; de línguas de fase 4, em que o item negativo pré-verbal se torna opcional, como no francês coloquial e variedades do holandês; de línguas de fase 5, como o alemão e o sueco, que necessitam apenas de um item negativo adverbial, ocupando, normalmente, uma posição pós-verbal; e de línguas de fase 6, como variedades do inglês, que parece ser transitória em direção ao retorno à fase 1.

Embora o autor reconheça que uma língua possa migrar de fase e se tornar uma língua de fase subsequente, não é oferecida nenhuma hipótese que explique essa possibilidade, que é, então, apenas constatada; também não é examinada em profundidade a razão dos estágios se desenrolarem obedecendo à ordenação apontada. Ocorre tão somente a constatação desses fatos, que o permite elaborar a classificação de línguas proposta. Trata-se, assim, de estados inerentes à expressão da negação que caracteriza cada grupo de línguas. Note-se, ainda, que Zeijlstra não se utiliza da visão de que a variação seja resultado de escolhas paramétricas de cada língua, ou seja, o fato de as línguas variarem quanto aos estágios do ciclo não é exatamente o fato a ser explicado, mas antes aquilo do qual ele parte para construir sua teoria da sintaxe da negação, o que é compatível, aliás, com os pressupostos da Biolinguística (VITRAL, 2016b). Vejamos, de forma resumida, como se dá a caracterização dos grupos de línguas de acordo com a tipologia proposta.

Nas línguas de fase 1, Zeijlstra distingue os seguintes subtipos: (1) línguas com concordância negativa estrita, que permitem, como, por exemplo, o tcheco, a presença de dois (ou mais) itens de valor negativo precedendo o verbo e (2) línguas com concordância negativa não estrita, de cujo grupo faz parte o italiano e o português eu-

ropeu, que não aceitam que um item de valor negativo c-comande núcleos negativos como “não”.

A seguir, observe-se um exemplo do tcheco que mostra a possibilidade de ocorrência de partícula negativa e outro item de valor negativo precedendo o verbo:

- (24) a. *Nikdo neřiká nic.*
Ninguém neg disse nada

Na análise proposta por Zeijlstra para esse grupo de línguas, pode haver variação também em relação à posição em que a partícula negativa pré-verbal é gerada, que pode ser numa posição adjunta ao verbo flexionado, como no exemplo em (24), fazendo parte, assim, da flexão verbal e tendo estatuto de clítico ou afixo, e considerada como uma partícula pré-verbal fraca; ou, na posição núcleo de NEGP, considerada uma partícula pré-verbal forte. Nessas línguas, a partícula negativa junto ao verbo é marcada com um traço negativo não interpretado, isto é, [uNEG] e, como tal, deve se mover para fora do domínio do verbo a fim de projetar NEGP, alocando-se, enfim, em NEG°. Nesta posição, a operação Juntar o associa a um operador negativo na posição de especificador de NEGP e, através, enfim, da operação *Agree múltiplo* (Cf. nota 118), já que envolve mais de dois itens, é eliminado, como é exigido para os traços não interpretáveis. A configuração que resume esta análise encontra-se a seguir (Zeijlstra, 2004, p.168):

- (25) NegP Op – [iNEG] Neg°[uNEG] [vP v°[uNEG]i [VP V-[uNEG]i]]]
 | - - - - - | | - - - - - | | - - - - - |
 Agree Mover Mover

Já nas línguas com concordância negativa não estrita, quando a partícula negativa pré-verbal é forte, ou seja, gerada em NEG°, ela é marcada com o traço negativo interpretável, isto é [iNEG], o que faz com que, como no exemplo abaixo do italiano, haja por meio de *Agree* a eliminação do traço não interpretável de “*nessuno*” (ZEIJLSTRA, 2004, p.259):

(26) *Non ha telefonato a nessuno*
Não telefonou a ninguém

(27) [NegP [Neg° non[iNEG]] [vP ha telefonato a nessuno[uNEG]]]

Numa língua de fase 3, como o francês padrão, a partícula “*ne*” é analisada por meio de traço negativo não interpretável, enquanto “*pas*” é caracterizado como interpretável. Na derivação proposta, “*pas*”, gerado numa posição adjunta a vP, se desloca até a posição de especificador de NEG^P a fim de eliminar o traço não interpretável presente em NEG°, associado com “*ne*” (Zeijlstra, 2004, p.253)

(28) *Jean ne mange pas*
Jean neg come neg
 ‘Jean não come’

(29) [NegP pas[iNEG]i [Neg° ne mange[uNEG]] [vP ti Jean]]

Vejamos agora a análise de Zeijlstra a respeito das línguas que expressam a negação por meio de um advérbio negativo alocado numa posição pós-verbal, isto é, as línguas de fase 5. Essas línguas exibem o fenômeno nomeado de dupla negação, ou seja, a anula-

ção da leitura negativa se dois itens de valor negativo coocorrerem. Veja-se o exemplo do inglês padrão, no qual a presença de dupla negação gera uma interpretação positiva:

- (30) *We should not buy nothing*
 '*We should buy something*'
 Nós deveríamos comprar algo

Na análise do autor, a negação nessas línguas, como o holandês padrão e línguas escandinavas, é de natureza semântica, ou seja, é expressa lexicalmente pelas palavras de valor negativo. Assim, todos os itens negativos serão marcados com um traço negativo interpretável [iNEG]. A negação sendo, assim, codificada no léxico, não há traço negativo não interpretável que incite a aplicação de operações sintáticas com vistas à eliminação de traços, o que implica a ausência de NEGP nessas línguas. O advérbio negativo, como no exemplo abaixo do holandês, é gerado adjunto a vP, posição onde permanece, obtendo-se a ordem superficial após os processos de cópia e apagamento associados ao sujeito e ao verbo (ZEIJLSTRA, 2004, p.262):

- (31) *Jan loopt niet*
 Jan anda neg
 'Jan não anda'

- (32) [TP Jan loopt [vP niet [vP Jan loopt]]]

O detalhamento da análise de Zeijlstra, que acabamos de expor, é fundamental para podermos estabelecer a relação entre as duas perspectivas teóricas que nos interessam. Em resumo, vimos que as línguas se distribuem quanto a admitir itens negativos classi-

ficados por meio dos traços interpretável e não interpretável que caracterizam também as partículas negativas pré-verbais plenas e reduzidas; as primeiras são interpretáveis e as segundas não interpretáveis. Há ainda itens negativos interpretáveis que têm natureza lexical, não introduzem a categoria funcional NEGP e não provocam, por conseguinte, a aplicação de operações sintáticas.

Além disso, em línguas com concordância negativa, como o português do Brasil, o italiano, o tcheco e muitas outras, nas quais a presença de mais de uma palavra-N não anula a interpretação negativa da proposição, itens negativos como ninguém e nada, analisadas como indefinidos, são especificados com um traço negativo não interpretável e estabelecem uma relação de concordância com um operador definido por um traço negativo interpretável.

É natural ainda nos interrogarmos a respeito da razão da diferença de natureza dos itens negativos, ou seja, por que alguns deles são fortes ou definidos por um traço negativo interpretável ao passo que outros tantos são fracos ou caracterizados por um traço negativo não interpretável? Como mostraremos na seção seguinte, a caracterização da natureza diferenciada dos itens-N beneficia-se da visão da gramaticalização sobre o fenômeno da negação, ou, mais exatamente, sobre a criação de itens de valor negativo e seu papel em relação ao ciclo de Jespersen.

Vejamos, portanto, como a gramaticalização analisa o nosso fenômeno.

REVISÃO

Bruna Toso

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vitral, Lorenzo

Gramaticalização e gramática gerativa [livro eletrônico] :
fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade
/ Lorenzo Vitral. – Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos
estudos em linguística)
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-04-9

1. Epistemologia 2. Gramática gerativa 3. Gramaticalização
4. Linguística 5. Pragmática I. Título. II. Série.

21-81227

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990049